

## **Redução das emissões requer acordos com o setor privado**

*Roseli Lopes*

O compromisso assumido, voluntariamente, pelo governo brasileiro de diminuir o desmatamento ilegal da Amazônia em 70% até 2017 e em 80% até 2020 vai fazer mais do que deixar o Brasil em posição de destaque entre as nações emergentes na COP-15, Conferência das Partes da das Nações Unidas sobre mudanças climáticas. Com a nova postura do governo, o setor privado brasileiro tende a assumir um papel preponderante nas complexas negociações. "A falta de uma proposta voluntária de metas de redução por parte do governo vinha refletindo de forma negativa em todos os setores produtivos, uma vez que a Amazônia responde hoje por quase 80% de todas as emissões brasileiras", afirma Elizabeth Carvalhaes, presidente-executiva da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa). O Brasil está hoje entre os cinco maiores emissores de gases estufa e tem na floresta amazônica seu calcanhar de Aquiles.

Segundo Elizabeth, do ponto de vista empresarial, é impossível pensar na COP-15 como uma negociação climática apenas. Por trás das discussões sobre o novo acordo de metas para países desenvolvidos e o compromisso das nações em desenvolvimento para uma redução compulsória, diz a executiva, existe a questão dos investimentos elevados que os setores privados de todos os países terão de fazer rumo a uma economia de baixo carbono, já que a redução de emissões passa pelo setor privado.

Aí entram em campo as negociações do setor privado. "Aquilo que, no passado, era apenas um discurso começa a ganhar corpo nas empresas, com a criação de verdadeiras forças-tarefa para auxiliar o governo na COP-15", diz o ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior no governo Lula e atual presidente do Conselho de Administração da BRF-Brasil Foods, Luiz Fernando Furlan. Essas forças-tarefa têm por objetivo alinhar os setores público e privado em torno das medidas que vêm sendo desenvolvidas para a redução das emissões. Os acordos setoriais oferecem propostas adicionais ao governo com o objetivo de orientar o posicionamento do país nas negociações da COP-15.

Embora a maioria das empresas brasileiras tenha um padrão de emissão de gases inferior a seus concorrentes em mercados mais desenvolvidos, resultado do uso de uma matriz energética mais limpa, a adoção de metas de redução voluntárias pelo setor privado nacional poderia criar uma vantagem competitiva, na avaliação de alguns especialistas: "A proposta que o Brasil levará para a COP-15 somente se tornará efetiva se as empresas também assumirem uma parte desse processo de mudanças, se estiverem sintonizadas com elas", afirma Carlos Nobre, membro no Brasil do Painel Intergovernamental de Mudança do Clima (IPCC, na sigla em inglês) e pesquisador do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Nobre lembra que a redução do desmatamento, ações de reflorestamento e de melhoria dos solos, melhorias no processo de desenvolvimento agrícola e o biocombustível passam pelo setor privado. Segundo o pesquisador, já existem no Brasil vários movimentos no sentido de levar até o governo demandas setoriais. "O Brasil é um dos países com o maior risco em mudanças climáticas, tem o risco econômico e o social, por ser muito dependente da água. Por isso, é preciso que exista uma meta global a ser cumprida pelas nações mais industrializadas", diz Tasso Resende, consultor para Florestas e Climas do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Em setembro, 14 empresas dos setores do agronegócio, de florestas plantadas e de bionergia, que respondem por 16% das exportações brasileiras, se juntaram para produzir um documento batizado de Aliança Brasileira pelo Clima, uma espécie de agenda de mudanças que devem começar a ser adotadas internamente para reforçar o posicionamento do Brasil nas negociações de Copenhague. O documento foi entregue aos ministérios do Meio Ambiente e das Relações Exteriores. O objetivo é fazer com que as políticas adotadas pelo governo na questão do meio ambiente estejam afinadas com os movimentos do setor privado.

A Bracelpa, por exemplo, que congrega os fabricantes de papel e celulose e é signatária do documento, vem trabalhando para que as florestas plantadas sejam computadas para efeito de créditos de carbono. Atualmente não são considerados créditos advindos da terra, segundo

Elizabeth Carvalhaes. "O Brasil tem a floresta de maior produtividade do mundo, a que mais consegue colher madeira por hectare ao ano. Os Estados Unidos colhem 11 metros cúbicos por hectare ao ano, o Chile, 25 hectares ao ano e o Brasil colhe 60 hectares por ano de florestas plantadas. Por isso estamos levando a proposta para a COP-15, diz a executiva. Hoje, os créditos de carbono resultantes de florestas plantadas não têm liquidez no mercado externo uma vez que a União Europeia, por exemplo, não os contabiliza.

De forma paralela a essa proposta, o conselho mundial de florestas com 52 associações, entre elas a Bracelpa, faz uma ofensiva com uma demanda semelhante, para que as florestas plantadas passem a fazer parte do mercado de créditos de carbono. Argentina, Uruguai, Chile, Portugal, Austrália, Espanha e Nova Zelândia devem levar para a COP-15 pedidos semelhantes.

O Brasil é hoje o quarto maior produtor mundial de celulose do mundo e o 12º de papel, além de líder mundial na produção de celulose de eucalipto. "O setor de celulose e papel já recuperou 8% da Mata Atlântica", diz Elizabeth. No Brasil, a maioria dos setores produtivos apresenta um padrão de emissão de gases menor quando comparado a setores equivalentes de países mais desenvolvidos. "Isso cria uma vantagem competitiva que pode ser transformada em oportunidade nas negociações da COP-15", diz Tasso Resende, assessor especial do MMA.

Desde 2006, quando assumiu a gerência da diretoria de sustentabilidade da Camargo Corrêa, Ciro Fleury trabalha o tema da emissão de gases do efeito-estufa. Mas foi apenas neste ano que a empresa desenvolveu um projeto corporativo, uma espécie de agenda climática, que aponta os riscos e as oportunidades para os negócios do grupo, um dos maiores conglomerados privados do Brasil. Além de rever métodos de construção, o grupo vai reduzir as emissões na cadeia de produção do cimento, um dos processos industriais com maior volume de emissões. "O setor de cimento tem um acordo setorial que é iniciativa das empresas de cimento do mundo inteiro, cuja proposta vai de encontro à redução de emissões", diz o executivo.

O tema também interessa de perto ao grupo Camargo Corrêa: hoje, a cadeia produtiva do cimento está entre uma das maiores emissoras de gases-estufa. O que vem exigindo do conglomerado projetos corporativos no sentido de estruturar iniciativas para mudar esse quadro. Para difundir essa preocupação com a mudança climática a Camargo Corrêa tem promovido workshops entre todas as empresas do grupo. Até agora foram 12, onde o risco e as oportunidades são o tema principal.

Para o vice-presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), Marco Polo de Mello Lopes, além das medidas de redução ao desmatamento e de redução das emissões, o que está em jogo na COP-15 é a competição. "As discussões econômicas em torno da COP-15 tendem a ter um nível de estresse maior porque o mundo hoje é diferente do mundo antes da crise dos Estados Unidos. Agora a competição será maior.", diz Mello. Segundo o executivo, o COP-15 tem de ser olhado como um fórum que tem como pano de fundo questões econômicas. "Não se pode ter a ingenuidade de achar que a discussão é apenas ambiental", afirma.

### **Projeto de Obama preocupa exportadores de países emergentes**

Está na mão do Senado americano o futuro perfil das relações comerciais do Brasil com os Estados Unidos. Caberá aos senadores decidir se aprovam o dispositivo que prevê a cobrança de taxas de importação sobre produtos exportados por países que não adotarem metas de redução de emissões equivalentes às americanas. Tal dispositivo foi incluído no projeto de lei de combate às mudanças climáticas apresentado pelo partido Democrata, do presidente Barack Obama, e já passou pela Câmara dos Representantes, ainda que com algumas modificações. A medida impõe, de forma unilateral, restrições a países emergentes, como o Brasil, que têm no mercado americano um de seus principais parceiros. Se aprovado o projeto, o novo cenário comercial estará entre os temas mais polêmicos da pauta da COP-15, em dezembro.

"Na hipótese de se chegar a um acordo sobre o controle das emissões em Copenhague, ou mais tarde, os países emergentes de maior participação nas emissões e de mais elevado nível econômico estarão diante da alternativa ou de aceitarem tetos de emissões ou de correrem o risco de verem suas exportações penalizadas em praticamente todos os mercados dos 36 integrantes do Anexo A - países desenvolvidos que têm metas de redução acordadas no Protocolo de Kyoto -, mais os Estados Unidos", afirma o ex-embaixador Rubens Ricupero, atual diretor da Faculdade de Economia e Relações Internacionais da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap).

O projeto em tramitação no Senado americano difere em muitos pontos tanto da proposta original do presidente Obama quanto da versão aprovada na Casa dos Representantes. Embora a liderança democrata tenha admitido, no começo de outubro, que não dispunha dos 60 votos necessários para aprovar o projeto sem obstrução, sua simples discussão já foi suficiente para acionar um alerta amarelo entre os países exportadores ao mercado americano.

A pressão sobre os emergentes teria sido reforçada a partir da recente divulgação de um relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) segundo o qual esses países foram responsáveis, em 2006, por 80% do aumento global das emissões de gás carbônico no planeta, cuja taxa de crescimento passou da média anual de 1,5% na década de 90 para 3,5% a partir do ano 2000. Some-se a isso a avaliação do Banco Mundial, feita em março, dos programas de gastos dos emergentes voltados para a mudança para uma de baixa emissão, que expôs uma posição nada confortável do Brasil. Nessa fotografia, a China e a Coreia do Sul, grandes exportadores de produtos manufaturados, saíram na frente e receberam a melhor avaliação entre os emergentes, aparecendo inclusive à frente do Reino Unido. Já o Brasil ficou ao lado da Rússia e da Índia, com investimentos bem menores.

Segundo Ricupero, a questão da imposição de limites aos emergentes não é importante apenas para os Estados Unidos, que tentam, com isso, proteger suas indústrias da concorrência. Ela tem destaque também na União Europeia. Ele considera praticamente inconcebível que os integrantes do Anexo A da Convenção sobre Mudança Climática admitam aceitar tetos maiores do que os estipulados pelo protocolo e se resignem a que os maiores emergentes continuem a exportar para os mercados desenvolvidos ao mesmo tempo em que se recusem em aceitar metas obrigatórias.

O dispositivo capaz de erguer barreiras no comércio com os Estados Unidos é duramente rechaçado por representantes de setores industriais brasileiros e do próprio governo. "Esse tipo de posicionamento minimiza a colaboração entre países e vai contra o princípio da sustentabilidade e ao livre comércio, vai contra tudo o que já foi discutido no Protocolo de Kyoto", diz Jorge Soto, diretor de desenvolvimento sustentável da Braskem, que atua no setor petroquímico, com forte concorrência internacional.

Para o ex-embaixador Rubens Barbosa, presidente da Rubens Barbosa & Associados, consultoria de comércio internacional e investimentos, ao estabelecer limites de emissão para as empresas americanas, o projeto traz impactos negativos para países como o Brasil. "As empresas americanas conseguiram incluir medidas que obrigam outros países, em especial os do bloco dos emergentes, a ter conduta semelhante".

Essas propostas colocam muitos parceiros comerciais dos Estados Unidos em uma camisa-de-força na medida em que é possível prever uma espécie de punição tarifária para aqueles que não estiverem alinhados com as metas de empresas americanas. "É uma forma de os EUA afastarem a perda de competitividade de suas empresas", avalia Barbosa.

**Valor Econômico, São Paulo, 14 out. 2009, Mudanças Climáticas, p. 10-11.**